

**ACTA N.º 07/2010**

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 30.MARÇO.2010**

----- Aos trinta dias do mês de Março de dois mil e dez, nesta vila de Arouca e Edifício dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal de Arouca, sob a Presidência do seu Presidente, senhor José Artur Tavares Neves, e com a presença dos Vereadores senhores Isabel Maria Soares Brandão de Vasconcelos, Albino Soares de Oliveira, Margarida Maria de Sousa Correia Belém, António Henrique Fernandes Cruz, Manuel Artur de Almeida Miler e Susana Andrea Oliveira e Silva. -----

----- Pelas 15:00 horas o senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

**----- 01. DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL/LOTEAMENTO INDUSTRIAL DA MATA, AROUCA – LOTES 26 E 27 – RESOLUÇÃO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA: -----**

----- Pelo senhor Presidente foi presente a seguinte proposta: -----

----- “Por escritura outorgada em 19 de Agosto de 2008, exarada nas notas privativas da autarquia a folhas 16 do Livro 24, o Município vendeu à sociedade por quotas de responsabilidade limitada denominada **Princípio da Perfeição Unipessoal, Ld.ª**, com sede em Soto, Lote 6, freguesia do Burgo, concelho de Arouca, pessoa colectiva com o número de identificação 507 563 468, os seguintes prédios: -----

----- a) Prédio constituído pelo lote número vinte e seis, urbano, com a área de trezentos e setenta e cinco metros quadrados, sito no lugar da Mata, freguesia e concelho de Arouca, descrito na Conservatória do Registo Predial deste concelho sob o número mil e trezentos, da freguesia de Arouca, inscrito na matriz respectiva sob o artigo 1912.º; -----

----- b) Prédio constituído pelo lote número vinte e sete, urbano, com a área de seiscentos e vinte e cinco metros quadrados, sito no lugar da Mata, freguesia e concelho de Arouca, descrito na Conservatória do Registo Predial deste concelho sob o número mil trezentos e um, da freguesia de Arouca, inscrito na matriz respectiva sob o artigo 1913.º. -----

----- A venda foi efectuada sob várias condições, entre as quais a referida na cláusula na alínea d) da cláusula 2ª. -- -----

----- Segundo esta cláusula a adquirente fica obrigada a construir nos lotes adquiridos as instalações industriais de harmonia com o plano director municipal, projecto de loteamento aprovado, regulamento das edificações urbanas e demais normas legais aplicáveis à construção e a *“apresentar os projectos e pedidos de licenciamento das obras, devidamente instruídos, na Câmara Municipal, no prazo de nove meses contados da data desta escritura”*. -----

30.03.2010

-----Até ao momento, decorridos 19 meses após a data da escritura, a adquirente não apresentou os projectos e pedidos de licenciamento na Câmara Municipal, nem se dignou, pelo menos, justificar o não cumprimento daquela obrigação contratual. -----

-----Nos termos previstos clausula 5ª da referida escritura, o não cumprimento das obrigações estabelecidas é causa de imediata resolução do contrato. -----

-----Os referidos lotes integram o loteamento urbano sito no lugar da Mata, Arouca, promovido pelo Município.-----

-----Nesse loteamento o Município investiu milhões de euros do erário público municipal. Decidiu, contudo, vender os lotes a preços muito inferiores ao respectivo custo como forma de promover a actividade industrial, a criação de postos de trabalho e, consequentemente, o desenvolvimento económico e social do Município.-----

-----Daí que tenha feito a venda sob condição resolutiva. -----

-----Nestas circunstâncias, não tendo sido cumpridas as obrigações estabelecidas na alínea d) da cláusula 2ª, proponho: -----

-----**Que a Câmara Municipal declare a imediata resolução do contrato a que alude a escritura acima referida, com todas as consequências legais, designadamente com restituição de tudo o que tiver sido prestado.**-----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar a proposta que antecede. -----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:**-----

-----Finalmente a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4, art.º 93.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro. -----

-----E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. -----

-----Eram 15 horas e 45 minutos.-----

----- Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que, achada conforme, vai ser assinada pelo senhor Presidente e por mim, \_\_\_\_\_, Chefe da Divisão de Administração Geral e Finanças que a redigi. -----